



Lula mente ao afirmar que faltou dinheiro para a Saúde, diz Haully

Em discurso na Câmara nesta quinta-feira (4), o deputado **Luiz Carlos Haully (PR)** contestou as críticas do presidente Lula à oposição em virtude do fim da CPMF, derrubada em 2007 na maior derrota da atual gestão no Congresso. Para o tucano, Lula mente ao afirmar que faltou dinheiro para a Saúde. Com números da Receita Federal e do Tesouro Nacional em mãos, o parlamentar mostrou que as declarações do presidente não condizem com a realidade. Haully defendeu que o governo do PT não investiu no setor por

incompetência, e não por falta de recursos.

"As afirmações não são verdadeiras e não correspondem aos dados estatísticos da Receita e do Tesouro em relação à arrecadação nacional. O presidente afirmou que a oposição retirou dinheiro da Saúde. Sua Excelência está mal assessorado e mal informado. Os dados não mentem", criticou Haully, vice-líder da Minoria na Câmara.

Lula disse na quarta-feira (3) que gostaria de ver a CPMF recriada para equacionar os problemas da área de

Saúde e criticou a oposição por ter se empenhado para derrubar o chamado "imposto do cheque".

Na avaliação do deputado paranaense, os interesses do governo do PT são contrários aos da população. "O presidente Lula tem maioria na Câmara e no Senado. É por incompetência que a base aliada não consegue votar os projetos de interesse do governo. O que acontece é que nem sempre os interesses do Planalto são os da nação. É o caso dessa famigerada contribuição para a Saúde", ressaltou. @

■ Mais impostos para compensar a queda da CPMF ■

Segundo Haully, o governo petista aumentou diversos impostos e contribuições para compensar a queda da CPMF. É o caso do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF (R\$ 12 bilhões), do Imposto de Renda (R\$ 23 bilhões), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (R\$ 12 bilhões), da Contribuição sobre Lucro Líquido - CSLL (R\$ 7,5 bilhões),

do IPI (R\$ 4 bilhões), do PIS/PASEP (R\$ 3 bilhões) e das demais receitas (R\$ 7 bilhões). De acordo com a Receita Federal, o aumento real de arrecadação foi de R\$ 50 bilhões em 2008, primeiro ano sem o "imposto do cheque". "Isso aqui é a verdade. O resto é mentira. Quem fala que perdeu receita é mentiroso", condenou o tucano.

O deputado disse ainda que a

gestão petista foi a que mais arrecadou em impostos na história do Brasil – e também a que mais gastou. "Não pode o governo falar em falta de arrecadação se Sua Excelência gastou no ano passado 45% do PIB. Milhões de brasileiros trabalham e pagam impostos para o presidente consumir quase a metade da riqueza do país em despesas", alertou.

Governo atual é o campeão da tributação dos pobres

Haully lembrou que, enquanto quem ganha até R\$ 1 mil paga mais de 50% de Imposto de Renda, quem ganha acima de R\$ 20 mil paga menos de 30%. "O governo do PT termina sua gestão como o campeão da tributação dos pobres. E o presidente Lula não pôs dinheiro na Saúde porque não quis, já que gasta bilhões em despesas correntes", acrescentou o deputado.

Desapropriação de terra por índice de produtividade rural é uma piada, avalia Kaefer

Antiga reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a desapropriação de terras pelo índice de produtividade rural foi criticada nesta quinta-feira (4) pelo deputado **Alfredo Kaefer (PR)**. A presidente eleita, Dilma Rousseff, já manifestou a intenção de estudar essa possibilidade, que foi uma das promessas feitas por Lula na campanha eleitoral de 2002. No entanto, o petista não cumpriu sua palavra,

até porque houve forte resistência dentro do próprio governo.

Para o tucano, essa conversa de Dilma é ultrapassada e ideológica. Segundo ele, a bancada ruralista no Congresso não aceitará que o futuro governo faça essa alteração. "Isso é discurso de quem quer remover escombros antigos, favorecendo o MST. Trata-se de uma piada, uma afronta ao direito de propriedade e da livre iniciativa,

além de representar uma agressão ao direito do cidadão", reprovou o parlamentar.

Na opinião do deputado do PSDB, o proprietário de uma área rural tem livre arbítrio. Ele argumenta que o governo não pode usar esse artifício do índice e tomar uma propriedade alegando ser terra improdutiva. Segundo Kaefer, manobras dessa natureza representariam uma "agressão". @

Lei de abertura e fechamento de empresas precisa ser revisada, alerta Rogério Marinho

O deputado **Rogério Marinho (RN)** defendeu nesta quinta-feira (4) a revisão da atual legislação que regula a abertura e o fechamento de empresas no país. Na sua avaliação, as regras são muito antigas e não se aplicam à atual situação da economia brasileira. As empresas nacionais e multinacionais que desejam fechar as portas enfrentam muitas dificuldades no processo burocrático na Receita Federal e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

De acordo com o levantamento "Doing Business 2011", feito pelo Banco Mundial, o ambiente para negócios no país piorou. Além disso, são necessários 120 dias para se abrir uma empresa e quatro anos para fechá-la. Esse cenário coloca o país na 128ª posição nesse quesito, ante a 126ª colocação em 2010.

Para o parlamentar, quanto mais burocrático é o processo, mais empresários promissores deixam de investir no país. "Temos uma sociedade cartorial, tanto na abertura quanto no fechamento de empresas. Esse excesso de burocracia impede o crescimento e a sustentação de um ambiente negocial no país. E não vemos, por parte do governo federal, atitudes proativas no sentido de equacionar esse problema", alertou.

O jornal "Valor Econômico" exemplificou a situação de uma multinacional norte-americana que queria encerrar as atividades no Brasil, antes de transcorrido o período previsto na lei. Apesar de estar em situação regular perante a Receita, a empresa não conseguia dar baixa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) por não ter passado o prazo de cinco

anos. Esse período é usado pelo Fisco para fiscalizar e analisar as compensações tributárias concedidas, de acordo com lei de 1996.

Outra multinacional do setor de informática iniciou seu processo de encerramento em 2002 e até hoje não conseguiu concluí-lo. Nesse caso, a firma resolveu discutir a legalidade da cobrança de um suposto débito fiscal na Justiça. Procuradas pelo "Valor" para explicar o fato, a Receita e a PGFN não quiseram comentar o assunto.

"Esse tipo de situação inibe investimentos futuros, o que, evidentemente, precisa ser combatido e reformado. O governo precisa modificar a legislação atual e permitir maior agilidade tanto na abertura quanto no fechamento de empresas", enfatizou Marinho.



Leia no blog:

Para deputado, alta carga tributária e burocracia dificultam criação de negócios no Brasil

Direto do Plenário

"Cabe à oposição fiscalizar. Quem ganha, governa. Quem perde, fiscaliza, atua, cobra compromisso. É assim que devemos agir neste Parlamento: fazer com que a candidata eleita cumpra com o que prometeu, que aquilo que ela disse de manhã cumpra de noite e aquilo que disse de noite se realize de manhã."

■ Deputado **Jutahy Junior (BA)**. Segundo o tucano, os votos dados a Serra têm um significado todo especial e vieram de brasileiros preocupados com valores como a defesa da democracia, da liberdade de imprensa, dos direitos e garantias individuais.

"Fala-se novamente em retomar o projeto da CPMF, combatida por nós. Nunca neste país a carga tributária esteve tão alta como hoje, e nem tão injustamente distribuída. Portanto não faz nenhum sentido pensar em criar impostos adicionais para o povo brasileiro."

■ Deputado **Antonio Carlos Pannunzio (SP)**, ao rechaçar a intenção de Dilma Rousseff de ressuscitar o "imposto do cheque", derrubado pelo Senado em dezembro de 2007 na maior derrota do governo Lula no Congresso.

"É preciso que se reflita sobre as pesquisas políticas. Isso vale não só para o cargo de presidente, como para os demais. Inevitavelmente as pesquisas contaminam e influenciam, de forma inadequada, a construção do discernimento livre do eleitor, seja para quem está ganhando, seja para quem está perdendo."

■ Deputado **Otávio Leite (RJ)**, ao afirmar que esses levantamentos poderiam ser usados para consumo interno.

"Não poderia deixar de cumprimentar nosso candidato à Presidência da República, o ex-governador José Serra. Afinal de contas, sua campanha foi propositiva e enfrentou uma poderosa máquina em favor da candidata oficial. Ele sai maior do que entrou nessa campanha. Serra enfrentou as maiores adversidades, mas com determinação e, mais do que isso, com pujança, conseguiu dar o seu recado à sociedade brasileira."

■ Deputado **Vanderlei Macris (SP)**, que destacou os 43,7 milhões de votos obtidos pelo tucano no segundo turno, o equivalente a 43,95% dos votos válidos.

Leia também em nosso blog:

→ Marisa Serrano defende oposição consistente e mais rigorosa

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranco ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno, Letícia Bogéa e Renata Guimarães ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://diariotucano.blogspot.com> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>